Sem adulteração

Da Redação
Com Agência Estado

A comissão técnica que investigou a violação do painel eletrônico no dia 28 de junho, quando o ex-senador Luiz Estevão Oliveira (PMDB-DF) foi cassado em sessão secreta no Senado, afirma que a infração não possibilitou adulterar o resultado final da votação. A análise é do primeiro-secretário do Senado, Carlos Wilson (PPS-PE), e do presidente da comissão técnica encarregada de investigar o assunto, Dirceu Teixeira de Matos.

Os técnicos da Unicamp, entretanto, confirmaram que o sistema é suscetível à violação e adulteração de votos. "Os votos não foram modificados com certeza, o que houve foi a alteração do sistema de tal maneira que se pôde copiar o resultado da votação secreta", afirmou Dirceu Teixeira de Matos.

Para Carlos Wilson, essa avaliação impede qualquer tentativa de suspender os efeitos de cassação do mandato de Luiz Estevão. "Não há essa hipótese porque os votos não foram modificados, as alterações realizadas no sistema foram feitas apenas atender a uma curiosidade", disse.

De acordo com o laudo da Unicamp, o sistema é precário. "O intuito da violação foi de manter na tabela interna do sistema a qualidade (substituindo a votação secreta por aberta) do voto de cada senador", apontaram os peritos. A tabela teria sido editada encobrendo a qualidade dos votos, deixando-a em

conformidade com os registros de uma votação secreta. Mas, de acordo com a comissão de inquérito, a única alteração seria a revelação do teor dos votos.

DISPUTA

Os trabalhos a serem desenvolvidos pela Corregedoria do Senado e pela Comissão de Ética na investigação da violação do painel de votação acabaram levando a uma disputa de atribuições, resolvida ainda no plenário, por interferência do presidente da Casa, Jader Barbalho (PMDB-PA). Presidente da Comissão de Ética, Ramez Tebet (PMDB-MS) pediu à presidência do Senado que deixasse bem claro se devia parar ou continuar seus trabalhos.

Jader esclareceu que a corregedoria daria prosseguimento às investigações, ouvindo depoimentos, que depois seriam anexados ao trabalho da Comissão de Ética. "Não estamos concorrendo, vamos nos somar", declarou o corregedor do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), explicando que a corregedoria faz o papel de polícia, preparando o inquérito e a comissão, de Justiça, com ação penal e política.

A Corregedoria do Senado vai realizar diligências de apoio aos trabalhos do Conselho de Ética. Tuma quer a quebra do sigilo telefônico da ex-diretora do Prodasen Regina Célia Borges. A funcionária revelou que recebeu telefonema de Arruda, que teria pedido, em nome de ACM, a lista dos votos da sessão que cassou o mandato de Luiz Estevão.